

Subvenções desviam US\$ 100 milhões

CARLOS MOURA

Tarcísio Holanda

Integrantes da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI que investiga tráfico de influência e corrupção na Comissão Mista de Orçamento estão convencidos de que as subvenções a fundo perdido permitiram que o esquema liderado, pelo deputado João Alves, em torno do Orçamento da União movimentasse, de 1989 para cá, bem mais de cem milhões de dólares utilizando fundações e outras entidades assistenciais fantasmagóricas.

O senador Elcio Álvares (PFL-ES), membro da subcomissão, adverte que a partir da próxima terça-feira inspetores do Tribunal de Contas da União nas capitais de todos os estados estarão investigando entre duas a três instituições ditas filantrópicas e que foram escolhidas para servir a uma amostragem que revele o grau de fraude e de irregularidades praticadas nesse setor.

Um rico filão — O próprio senador capixaba admite que “este era um dos mais ricos filões com que manobrava o esquema de corrupção montado à sombra da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, uma vez que as subvenções sociais do Orçamento da União representam recursos a fundo perdido, isto é, sem retorno”. Álvares adverte que a estimativa do total de recursos movimentados nessa rubrica importante do Orçamento da União é um trabalho que demandará mais tempo e que certamente mobilizará muitas energias e uso de computação eletrônica. Acredita, assim mesmo, que a subcomissão de que faz parte terá de promover um levantamento minucioso desse total de recursos.

Como se processa o trabalho dessa Subcomissão, que tem como coordenador o senador potiguar Garibaldi Alves (PMDB-RN)? O senador Elcio Álvares conta que a Subcomissão decidiu selecionar, numa primeira leva, 20 instituições que se dedicam à filantropia ou **pilantropia**, como já se diz entre muitos dos integrantes da CPI do Orçamento. Numa segunda leva, foram selecionadas outras 42, com o objetivo de descobrir se o dinheiro retirado dos cofres do Tesouro chega



A Subcomissão das Subvenções Sociais se reúne: esquema de João Alves desvia US\$ 100 milhões em quatro anos

aos desassistidos e em que proporção.

Existe a convicção entre os membros da Subcomissão de que, em muitos casos, só a metade de subvenção social chegava realmente à Fundação ou outra entidade jurídica. Havia casos em que, numa dotação de 300 mil dólares, a metade ficava com o deputado João Alves e só a outra metade é que chegava à entidade para à qual se destinava.

O rico filão começou a ser explorado em 1989, quando se instalou a Comissão Mista de Orçamento, graças à nova Constituição, que também conferiu ao Congresso o poder de participar, com emendas, da elaboração orçamentária. Todos os recursos desse setor eram consignados no Orçamento da União na rubrica “subvenções sociais globais”. Criada por dispositivo da nova Constituição, quando se instalou, em 1989, sob a presidência do deputado Cid Carvalho, a Comissão Mista do Orçamento tinha como executor do programa de rateio das subvenções entre os parlamentares dos diversos estados ninguém menos do que o deputado João Alves (PPR-BA).

Um dos primeiros atos do presidente da Comissão Mista de Orçamento: o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) foi designar o deputado João Alves para coordenar a distribuição dessas subvenções sociais. Os parlamentares sa-

biam, assim, desde logo, que dependiam do deputado João Alves para conseguir que suas emendas fossem enxertadas naquela importante rubrica.

A subcomissão decidiu que toda e qualquer dotação que represente acima de 200 mil dólares deve ser objeto de investigação minuciosa. Vale a pena lembrar que só os deputados Fábio Ruaneitti (PTB-RJ) e Feres Nader (PTB-RJ) destinaram subvenções sociais para entidades sob o controle de ambos ultrapassando a bagatela de um milhão de dólares.

Muitas dessas instituições ditas filantrópicas serviam apenas de precioso instrumento na campanha eleitoral de muitos parlamentares. Algumas contam histórias fantásticas de mobilização de recursos para garantir essas campanhas. A Fundação Dr. Pio Guerra, em Pernambuco, ligada ao deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) só funcionava mesmo nas campanhas eleitorais.

Missões de técnicos do Tribunal de Contas da União começam a fazer uma rigorosa inspeção em todos os estados, a partir da próxima terça-feira. Em cada um deles, foram selecionadas duas ou três entidades filantrópicas, fundações ou não, servindo de amostragem para que se tenha uma idéia precisa da atuação de todo o esquema nesse campo do Orçamento muito propício às irregula-

ridades.

Em Minas Gerais, os inspetores do Tribunal de Contas da União terão, na próxima terça-feira, um encontro importante com as fundações Caldas da Rainha e Ponte Nova, constituídas pelo legendário deputado mineiro José Geraldo Ribeiro (PMDB).

A Subcomissão acha que acertou o alvo quando decidiu escolher para uma amostragem expressiva do que se fazia nesse setor os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, que concentram a maior fatia das subvenções sociais rateadas pelo esquema do deputado João Alves.

Uma decisão importante tomada pela referida Subcomissão — quando a inspeção estiver sendo realizada por um grupo especial de parlamentares em determinado estado representantes desta unidade federada não poderão integrar o comitê. O senador Elcio Álvares, autor da sugestão, acha que este é um critério ético.

Embora ainda não tenha havido tempo físico suficiente para que a Subcomissão conheça o montante dos recursos mobilizados desde 1989, quando o Congresso começou a participar da elaboração do Orçamento, o senador Elcio Álvares acha que o esquema montado pelo deputado João Alves mobilizou, “tranquilamente” mais de cem milhões de dólares nesse intrincado jogo de rateio e distribuição.